

O Compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Conceição

O Compromisso foi aprovado pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Reino em 11 de Março de 1841. Este compromisso foi aprovado num contexto na governamentalização da Igreja Católica em contexto liberal, com a sujeição da instância religiosa ao Estado. Daí que o Compromisso de Nossa Senhora da Conceição refira que lhe cabe interceder junto a Nossa Senhora "a favor da Nação". Um novo compromisso de uma confraria dedicada à concepção, num período em que o dogma da Imaculada Conceição foi definido pelo Papa Pio IX (1854).

Esta confraria tinha como objectivo o culto a Nossa Senhora da Conceição: "e especialmente para que seja advogada, e protectora das Almas dos Irmãos na presença de Deus Nosso Senhor, afim de que vão gozar da bemaventurança, servindo-lhe de guia neste mundo, para caminharem pela estrada da salvação." [Compromisso].

Segundo o segundo capítulo do documento, no artigo 4º, "Toda a pessoa de qualquer qualidade que for, pode ser admetida para Irmão, respeitando-se ao Compromisso da Irmandade". Desconhecemos se já eram admitidas mulheres, que, em todo o caso, não se encontravam na mesa que aprovou o compromisso. No início do século XX (1906), contudo, foram eleitos um juiz (José Gaudêncio Farias) e uma juíza (Maria Cândida dos Santos Silva), e vários mordomos e "mordomas".

A selecção dos irmãos fazia-se antes pela quantia a pagar na data da admissão, 120 reis. Entre os membros da mesa estava José Miguel Silva, presidente da câmara em 1843, Faustino António de Brito, proprietário e José Albino Ferreira, vereador da Câmara em 1849.

O capítulo 3 diz respeito à "factura da mesa". Prevvia-se a eleição anual, sem possibilidade de reeleição no ano seguinte, de um juiz, um tesoureiro e cinco mordomos, "sem distinção de pessoa". Possivelmente esta ressalva é uma referência à abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos nos finais do século XVIII, distinção essa que condicionou a admissão de irmãos nas confrarias.

As funções da Mesa são explicitadas no capítulo 4, acerca da "Administração". Assim, a Mesa administrava os bens da Confraria e deliberava acerca das festas de Nossa Senhora da Conceição de acordo com os rendimentos. Apenas no caso de deliberações que possam afectar a "existência ou perda d'alguns bens da irmandade" era obrigatória a presença de pelo menos dois terços dos irmãos (o número mínimo de irmãos que assegurava a legalidade da constituição da confraria era de 16 irmãos, segundo o artigo 22º). Todos os anos a mesa era obrigada a dar contas dos seus rendimentos.

As obrigações da irmandade e dos irmãos estavam definidas nos capítulos 5 e 6 respectivamente. Desta forma, a irmandade deveria fazer a festa de Nossa Senhora da Conceição anualmente, por um lado; por outro, era obrigada a acompanhar até à sepultura os corpos dos irmãos, sendo que deveriam ser rezadas 3 missas por alma do irmão falecido. Os irmãos eram obrigados a pagar 120 reis na admissão e a concorrer às reuniões e às eleições da Mesa, no dia 7 de Dezembro de cada ano.

As dificuldades na participação dos irmãos nos cargos dirigentes das confrarias são visíveis no artigo 20, quando se explica que aquele irmão que recusa um cargo para o qual foi eleito pagará 2000 reis de multa. Da mesma forma era difícil manter os irmãos na confraria: "Todo o Irmão que se quizer dessariscar da Irmandade o poderá fazer, pagando 800 reis aplicados para as obras da Senhora." (artigo 24º). Talvez estas dificuldades ajudem a explicar a admissão das mulheres na direcção da Confraria, possivelmente na organização das festas anuais.

Inventário do Arquivo da Confraria do Santíssimo Sacramento.

Compromisso da Irmandade da Nossa Senhora
da Conceição

Capitulo
1

Artigo 1.ª A Irmandade da Senhora da Conceição tem por fins implorar o Patrocinio da mesma Senhora, por meio do Culto, que couber nas fauldades da Irmandade, a favor da Nação Portuguesa, e dos seus Christãos em geral, e especialmente para que seja advogada, e protectora das Almas dos Irmaãos na presença de Deus Nosso Senhor, afim de que vão gozar da Bemaventurança, servindo-lhe de trada da Salvação.

Capitulo
2

Compromisso da Irmandade

Artigo 2.ª A Irmandade compoem-se dos Irmaãos que actualmente tem, e dos que para o futuro nella quizerem professar.

Artigo 3.ª Havera' hum livro separado para anotação dos Irmaãos, e para nella se notar todas as alterações, que as semelhantes respeito houver.

Artigo 4.ª Toda a pessoa de qual quer qualidade que for, pode ser admettida para Irmaão, sujeitando-se ao Compromisso da Irmandade.

Artigo 5.ª A pessoa que quizer ser admettida para Irmaão professa, pagara' 1.º do 1.º entrada, ser-lhe ha lida o Compromisso, e depois lhe sera' feito omento pelo Escrivão, e assignado pelo Irmaão novamente admettido.

Capitulo
3

Factura da Mera

Artigo 6.ª Havera' hum livro, hum Escrivão, hum

Thesourairo e cinco Mordomos, eleitos a pluralidade de votos dos Irmãos presentes, e sem distinção de pessoa.

Artigo 7. A eleição das pessoas, que hão de compôr a Mesa, será feita todos os annos na véspera da festa da Senhora, precedida pelo Prior da Matriz, para se publicar no dia da Festa da Senhora do Pulgito abaixo.

Artigo 8. Os Irmãos que tiverem servido os cargos mencionados no Artigo 6 hum anno, não poderão ser reeleitos para o anno seguinte, excepto não sendo sufficientes os Irmãos para os servir todos.

Artigo 9. Não podem por um ser absolutamente eleitos para cargo algum da Confraria os irmãos, que a ella forem devedores.

Capitulo

Administração

Artigo 10. A administração dos bens da Irmandade pertence á Mesa, que receberá, e dirigirá, segundo o parecer dos vereadores da Confraria, para o que haverá hum livro, em que se escreva o receita e despesa.

Artigo 11. Pertence igualmente á Mesa deliberar sobre as pouças, e sobremidades, com que hão de ser festejadas a Senhora em cada hum anno, conforme o permitirem os seus Rendimentos. E da mesma sorte sobre negocios de pequena monta.

Artigo 12. Quando forem houver de se tomar alguma deliberação sobre negocio, que possa prejudicar a existência, ou perda d'alguns bens da Irmandade, serão convocados todos os Irmãos: estando porém presentes as duas terças partes d'elles, poderão deliberar sobre o negocio, que se propozer.

Artigo 13. A Confraria poderá suspender o ne-

necessario para reparar e decencia do Altar e Capella, mas a necessidade desta despesa, sera tao bem determinada por deliberação da Irmandade na forma do Artigo antecedente.

Artigo 14. A Mesa que acabar em hum anno, sera obrigada a dar conta da Receita e Despesa, que tiver havido no anno, a Mesa que entrar de novo, e aquem competer por Lei.

Capitulo

5

Obrigações da Irmandade

Artigo 15. Haverá todos os annos hum festejo de no dia da Senhora, feita com a pompa, e solenidade, que o permitirem os Rendimentos da Confraria, conforme a deliberação que for tomada pela Mesa, na conformidade do Artigo 14.

Artigo 16. Sera obrigada a Irmandade a acompanhar até a Sepultura os Corpos dos Irmãos, que falecerem, e lhe mandará dizer tres Missas por Alma por humas so vez.

Capitulo

6

Encargos dos Irmãos

Artigo 17. Todos os Irmãos pagarão 120^{rs} em cada hum anno.

Artigo 18. Serão igualmente obrigados a comparecer ás reuniões, para que foram convocados por determinação da Mesa, para deliberação sobre negocios de interesse da Irmandade.

Artigo 19. Da mesma sorte serao obrigados a reunirse para a eleição da Mesa, na vespresa do dia da Senhora: assim como para o acompanhamento dos Corpos dos Irmãos falecidos, excepto tendo impedimento para não comparecer.

Capitulo 7

Disposições gerais

Artigo 20 Todo o Irmão que for eleito para algum Cargo da Confraria, e não quiser aceitar pagará 2000^{rs} de Multa, applicados para as Obras da Senhora.

Artigo 21 Não haverá alterações, nem presumpções entre os Mordomos, ainda que com elles seia alguma pessoa eleita de que não gostem, ou lhe pareça hum menor, pois que por esse mesmo facto mor- tual, não serem irmãos da Senhora, que quanto mais nobres, mais humilhes os quer.

Artigo 22 Para constituir a Confraria he necessario que haja pelo menos o numero de dezasseis Irmãos, sendo com tudo admissiveis para Irmãos, ainda que exceda o referido numero, todavia, pessoas que tiverem devoção da O. S. S.

Artigo 23 A profissão mencionada no Artigo 5^o, consistirá no Juramento aos Sanctos Evangelhos de defender a pureza da Conceição da Senhora, até a ultima pinga de sangue, deferido pelo Irmão das Ordens.

Artigo 24 Todo o Irmão que se quiser desam-icar da Irmandade e poderá fazer, pagando 800^{rs}, applicados para as Obras da Senhora.

Artigo 25 Não he permitido fazer alterações alguma nas Regras do presente Compromisso de- pois d' approvado pelo Governo, sem que primeiro se pe-ssa, e obtenha licença, para a referida altera-ção, do Governo, depois do que se poderá fazer pelos Mordomos actuaes, conguia acabarem de servir a ad- ministração, assistindo o Prior.

Dadas em Mossa de 25 de Fevereiro de 1840.

Como S. J. Fran^{co} Maysa R. A. P. O. S. S.

Como Secretario Bernardino Augusto Daques

O Irmão Joze Agostinho de Souza

Facstino Antonio de Brito

Antonio Goulart

Joze Miguel S. B.

Joze Theotônio da Con. ca

Joze Gregorio da Silva

Antonio Pereira Nunes

Joze Alvaro Ferreira

Joze Lasciáo de Mendonça

Manoel Nunes Silva

Alex. Rodolfo Borri

Joze. Ber. de Souza

Joze. Fermínio Colares

Antonio Maria de Souza Galarias da Silva

Aprovada o presente Compromisso para
se cumprir como nelle se contém.

Secretaria d'Estado dos Negocios de Minas
em São Paulo de 1841.

Rodolfo de Souza e Silva

